PENSAMENTO LIBERAL E HEGEMONIA NORTE-AMERICANA: A CULTURA POLÍTICA EM ALMOND E VERBA

LIBERAL THOUGHT AND AMERICAN HEGEMONY: POLITICAL CULTURE IN ALMOND AND VERBA

PENSAMIENTO LIBERAL Y HEGEMONÍA AMERICANA: UNA CULTURA POLÍTICA EM ALMOND Y VERBA

José Henrique Singolano Néspoli[1]

Resumo: Este artigo consiste num estudo da história do pensamento político contemporâneo e dedica-se particularmente **à** análise do conceito de cultura política desenvolvido por Gabriel Almond e Sidney Verba na obra *A cultura cívica*, publicada em 1963. A partir dessa referência, o conceito se espalhou por diversas áreas do conhecimento e a cultura política se transformou num dos mais importantes conceitos do período pós II Guerra Mundial. Esse estudo tem por objetivo analisar as concepções teóricas e práticas presentes no conceito de cultura política em seu contexto de origem, de modo que, por um lado, procura-se identificar as principais referências intelectuais e debates teóricos que contribuíram para delimitar o conceito, por outro lado, pretende analisar os desdobramentos práticos do conceito, buscando compreender as orientações do conceito para a política do pós-guerra. Em ambos os aspectos, o conceito de cultura política de Almond e Verba representou um instrumento da hegemonia norte-americana no contexto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Pensamento político contemporâneo, conceito de cultura política, Almond e Verba, hegemonia Estados Unidos.

Abstract: This Article is a study of the history of contemporary political thought and is dedicated particularly to the analysis of the concept of political culture developed by Gabriel Almond and Sidney Verba in work in *The civic culture*, published in 1963. From this reference , the concept has spread to various areas of knowledge and political culture became one of the most important concepts of the post World War II period. This study aims to analyze the theoretical concepts and practices present in the concept of political culture in its context of origin , so that , on the one hand, it seeks to identify the main intellectual references and theoretical debates that helped to define the term by other hand , aims to analyze the practical implications of the concept , trying to understand the guidelines from concept to post-war policy . In both respects, the concept of political culture of Almond and Verba was an instrument of American hege-

[1] Universidade de Uberaba (UNIUBE), Uberaba, MG, Brasil, E-mail: josenespoli@hotmail.com

mony in the context of the Cold War .

Keywords: Political thought contemporary, concept of political culture, Almond and Verba, hegemony United States.

Resumen: Este trabajo es un estudio sobre la historia del pensamiento político contemporáneo y está dedicado especialmente al análisis del concepto de cultura política desarrollada por Gabriel Almond y la cultura cívica de Sidney Verba en el trabajo, publicado en 1963. A partir de esta referencia , el concepto se ha extendido a diversas áreas del conocimiento y la cultura política se convirtió en uno de los conceptos más importantes de la época de la Segunda Guerra Mundial del poste . Este estudio tiene como objetivo analizar los conceptos y prácticas teóricas presentes en el concepto de cultura política en su contexto de origen , de modo que , por un lado, se trata de identificar las principales referencias intelectuales y debates teóricos que ayudaron a definir el término por otra parte , tiene como objetivo analizar las implicaciones prácticas de este concepto, tratando de entender las directrices desde el concepto a la política de la posguerra. En ambos aspectos, el concepto de cultura política Almond y Verba fue un instrumento de la hegemonía estadounidense en el contexto de la Guerra Fría.

Palabras-clave: Contemporáneo pensamiento político, el concepto de cultura política, Almond y Verba, Estados Unidos hegemonía.

Introdução

Analisando as formas contemporâneas do imperialismo norte-americano, David Harvey (2012) afirma, inspirado em Gramsci, que a dominação de um Estado-nação em âmbito internacional não se baseia unicamente na forma da coerção e da violência militar, mas apoia-se também num poder político exercido mediante a liderança e o consentimento dos governados. Os Estados Unidos frequentemente lançam **mão da coerção interna e externa contra grupos e países que ameaçam o seu domínio**, no entanto, os críticos que se fixarem somente nesse aspecto deixarão de perceber que coerção e violência são apenas um base parcial de seu poder, que conta, por outro lado, com uma significativa base de apoio que legitima a liderança e a hegemonia dos Estados Unidos no campo político, militar, econômico e cultural.

O conceito de cultura política com certeza faz parte deste novo léxico que os Estados Unidos impuseram ao mundo na tentativa de moldar as interpretações da realidade com vistas a legitimar sua supremacia internacional. Embora o conceito de cultura política já existisse anteriormente, como demonstra Motta (2009), foi a partir das formulações que ele assumiu com a obra de Almond e Verba que ele se transformou numa referência fundamental no interior das Ciências Sociais contemporâneas, vinculado justamente ao processo de afirmação e legitimação do imperialismo norte-americano.

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar os fundamentos teórico-metodológicos e os desdobramentos práticos do conceito de cultura política no contexto de ascensão dos Estados Unidos a condição de potência hegemônica mundial no período do **pós-guerra.**

Cultura política: estudo das relações entre Estado e sociedade

O conceito de cultura política foi desenvolvido por Gabriel Almond e Sidney Verba na obra *A cultura cívica* de 1963.[2] Através deste conceito, os autores procuravam explicar a "política" e a "administração pública" a partir da análise dos "costumes", da "moralidade", da "memória do passado" e de outros elementos culturais pertencentes a uma determinada população (ALMOND, 1990). Assim, o conceito de cultura política retoma o tema clássico da análise da relação entre Estado e sociedade, no entanto, aplicando-o ao contexto de meados do século XX.

Motivados pelo debate político e intelectual derivado do pós-segunda guerra mundial, Almond e Verba estavam interessados em analisar um fenômeno marcante de seu tempo e decorrente da recente supremacia dos Estados Unidos no plano internacional, queriam saber se as instituições americanas podiam ser transplantadas a outras nações e contextos sociais (BOTELLA, 1997). Fiéis ao campo de investigações da Sociologia Política americana, os autores estavam preocupados em investigar os *condicionamentos sociais* que poderiam garantir a estabilidade dos regimes liberais democráticos, tendo em visto o conturbado contexto da Guerra Fria e de descolonização da África e da Ásia. (CARVALHO, 2002).

Para tratar esta questão posta pela conjuntura, Almond e Verba recuperaram o método de análise apresentado por Montesquieu na obra *Espírito das Leis*, no qual os regimes políticos são analisados a partir de sua natureza (classificação segundo a distinção entre monarquia, tirania e república) e de seus princípios (aquilo que lhes fazem agir), visto que o autor, já no século XVIII, achou adequado relacionar os princípios constitucionais de uma nação aos costumes e valores da população (BOTELLA, 1997). Observe-se que o problema plantado por Montesquieu é idêntico ao colocado por Almond e Verba: como se relacionam regime político e cultura política? A tese que embasa toda a pesquisa contida em *A cultura cívica* é de que existe uma relação

[2] Na versão original, ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Princeton University Press, Princeton, 1963. Importante salientar que Gabriel Almond era o professor e Sidney Verba, o aluno prodígio.

causal entre o comportamento da população e a possibilidade de surgimento e consolidação dos regimes democráticos, deste modo, em caso de dissonância entre cultura política e regime político este último entrará em crise, posto que a cultura política determinaria, se sobreporia, aos regimes políticos.

Portanto, analisando o contexto internacional das décadas de 1950 e 1960, Almond e Verba tendiam a perceber os processos de democratização promovidos pela recente supremacia internacional dos Estados Unidos como extremamente instáveis e superficiais devido à ausência de uma cultura política que seja afim ao regime democrático. Sem a interiorização de valores e atitudes compatíveis com a experiência democrática, acreditavam os autores, o enraizamento social das instituições não estaria completo e a democracia viveria mergulhada em um contexto de incertezas (CARVALHO, 2002). Neste sentido, Almond e Verba viam com pessimismo o futuro das democracias resultantes do pós-guerra, procurando evidenciar com o conceito de cultura política como os valores e os comportamentos tradicionais de uma determinada sociedade constituem-se num elemento fundamental para a consolidação da democracia neste país:

> ... os cientistas políticos têm-se preocupado em explorar as ligações entre democracia estável e certos tipos de culturas políticas, quando caso contrário, o conceito é encarado como poderosa variável explicativa, que dá conta do fracasso da democracia ao estilo ocidental em firmar raízes nos países menos desenvolvidos do Terceiro Mundo, onde os padrões culturais tradicionais de passividade, ao que se supõe, minam os padrões constitucionais (OUTHWAITE, 1996, p.170).

Nisto consiste o fundamental da visão de mundo contida no conceito de cultura política em Almond e Verba: nos países de capitalismo avançado, as tradições culturais constituem-se num fator de estabilidade para o regime democrático, enquanto que nos países atrasados ou de capitalismo tardio, os valores e as concepções arraigadas na população apresentam-se como um entrave à consolidação da democracia nestes países.

Estas concepções implícitas no conceito de cultura política têm importantes pontos de aproximação com as ideias de outro autor que também se dedicou ao estudo das relações entre Estado e sociedade no regime democrático, o francês Aléxis Tocqueville. No entendimento de Kuschnir e Carneiro (1999), a proximidade entre estas duas correntes de pensamento é tão profunda que o conceito de cultura política corresponderia, na verdade, a uma retomada e atualização das ideias de Tocqueville para as Ciências Sociais contemporâneas.

O método de análise empregado por Tocqueville caracterizou-se por associar o estudo dos regimes políticos à especificidade da realidade estudada, ou seja, suas investigações frequentemente transbordavam o exame das

instituições e voltavam-se para a análise dos hábitos, costumes e valores da população, de modo que chamam a atenção no seu método as análises sociopolíticas que realizava em seus trabalhos (QUIRINO, 2000). No clássico *A democracia na América*, Tocqueville afirma que "os costumes do povo podem ser considerados como uma das principais causas gerais a que se pode atribuir a manutenção de uma república democrática nos Estados Unidos da América" (apud ALMOND, 1990), de maneira que a força da organização política dos norte-americanos não derivava tão somente das instituições democráticas, mas da relação que elas tinham com os valores e costumes daquele povo, o que ele chamou de "hábitos do coração". Por isso, Tocqueville entendia a democracia nos Estados Unidos como a mais estável e avançada democracia do mundo, fazendo da experiência dos Estados Unidos um modelo universal de democracia para todos os povos. Embora as instituições de caráter liberal pudessem ajudar a manutenção das liberdades fundamentais, Tocqueville afirmava que é na ação política dos cidadãos e na sua participação nos negócios públicos que está posta a garantia de existência real da democracia (QUIRINO, 2000).

Aquilo que Tocqueville denominou como "hábitos do coração" recebe em Almond e Verba uma moderna e renovada terminologia com o conceito de cultura política (CARVALHO, 2002). E sendo a ação dos indivíduos o elemento determinante da vida política de um país, ao invés de trabalhar com uma tipologia dos regimes políticos, Almond e Verba procuraram desenvolver uma tipologia das "atitudes e comportamentos" políticos, a partir da qual poderia se compreender as diferentes formas de relação entre Estado e sociedade.

Neste sentido, os autores definiram 3 tipos de cultura política: paroquial, de sujeição e de participação. A cultura política paroquial seria característica das sociedades simples, sem instituições políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosas e políticas, caracterizadas por baixos níveis de participação política e associativa, referindo-se certamente aos diversos tipos de povos coloniais que não possuíam um Estado-nação independente. A cultura política da sujeição ocorreria naquelas sociedades onde os indivíduos dirigem suas perspectivas e sentimentos prioritariamente para o Estado e o governo, que são encarregados de dar respostas as demandas individuais e coletivas, esta cultura política corresponderia aos regimes políticos autoritários. Por fim, a cultura política da participação, que corresponderia aos regimes democráticos, em que o cidadão é considerado participante e sujeito influente nas estruturas de poder, sendo que, para Almond e Verba, a cultura da participação teria sua realização máxima na cultura cívica (BOBBIO, 1998, pp. 306-7).

Com base nesta tipologia das culturas políticas, a obra *A Cultura Cívica* apresenta um estudo comparativo sobre atitudes e comportamentos políticos

em cinco países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México. Como se fosse um estudo por amostras, Almond e Verba pretendiam examinar a relação com a democracia mantida pelos três "modelos históricos" de desenvolvimento: os países pioneiros no processo de industrialização (EUA e Inglaterra), o de países que se industrializaram durante a segunda metade do século XIX (Itália e Alemanha) e o de países periféricos que se industrializaram durante a primeira metade do século XX (México). Partindo deste quadro comparativo, os autores concluem que os padrões político-culturais mais propícios à emergência, consolidação e estabilidade do regime democrático são aqueles oriundos do modelo liberal anglo-americano.

Almond e Verba entendiam, portanto, que os regimes políticos dependiam necessariamente de fatores culturais, que democracias estáveis demandavam cidadãos com valores e atitudes políticas pautadas no civismo. Sob estes argumentos, fizeram da cultura política existente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha um requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia em qualquer parte do mundo. Sintonizados com o clima da Guerra Fria, Almod e Verba defendiam a democracia liberal como o melhor modelo, como o modelo ideal de sociedade a ser perseguido por outros países.

Embora estas posições políticas e intelectuais estivessem afinadas com a hegemonia norte-americana no plano internacional, internamente, estas interpretações de Almond e Verba, contidas no conceito de cultura política, contrastavam com outra importante corrente de pensamento presente nas universidades americanas, a *rational choice*. A teoria da escolha racional tem por base uma abordagem do comportamento humano que entende as decisões dos indivíduos como uma espécie de cálculo custo-benefício, no qual entram em conflito os benefícios esperados de certa decisão e os custos de empreendê-la. Nesta abordagem que valoriza os aspectos racionais do comportamento, o destaque é conferido às *razões circunstanciais* que de fato influenciam as decisões dos atores políticos, sendo a implementação de um novo regime uma variável que depende apenas da adequação entre a ação das elites políticas e os interesses da sociedade; neste sentido, segundo a teoria da escolha racional, não existiria nenhuma relação entre regime político e cultura política, ou qualquer outro tipo de condicionamento para a implementação da democracia (CARVALHO, 2002).

Esta polêmica entre cultura política e escolha racional estava inserida num debate mais amplo acerca da natureza e do conteúdo do regime democrático. A teoria da escolha racional afirmava uma concepção minimalista da democracia, ou seja, rejeitava a noção de que a democracia requer pré-requisitos – prosperidade e igualdade econômicas, modernização e diversificação sociais e uma cultura nacional democrática, etc. –, ainda que sejam importantes não são necessários. A concepção mínima da democracia restringe

o regime especificamente aos procedimentos e instituições democráticas, concretizada nas eleições e no Estado de Direito. Não é necessário preocupar-se com antecedentes históricos, condições favoráveis ou impedimentos de qualquer natureza, uma vez que a implementação do regime democrático depende essencialmente da aceitação das elites políticas em fundar o pacto. Voltada para a análise das relações entre economia e política, a teoria da escolha racional entende a política como uma operação de eficiência na adequação contingente entre interesses e ações, na qual à interiorização de valores e normas compatíveis com a experiência democrática tem muito pouca relevância (MOISÉS, 1995).

Já os estudos de Almond e Verba sobre cultura política expressam a adesão à concepção de pré-requisitos para a democracia, ou seja, entendiam que o desenvolvimento econômico proporciona a base da democracia, visto que está articulado com processos mais complexos de transformações na estrutura social e nos valores político-culturais da sociedade. Neste sentido, a modernização resultaria na difusão de valores e comportamentos favoráveis a consolidação do regime democrático, o que levou os autores a trabalharem com base no pressuposto de uma relação necessária entre desenvolvimento e democracia (MOISÉS, 1995). De modo que a obra *A cultura cívica* foi associada a "escola desenvolvimentista", pois se destinava a apontar os obstáculos estruturais que impediam a consolidação da democracia nos países periféricos, diante do que afirmava como a única via para a consolidação da democracia o processo de expansão e modernização do capitalismo.

A concepção de cultura no conceito de cultura política

No ambiente intelectual em que surgiu *A cultura cívica*, um dos mais importantes feitos do conceito de cultura política foi de contribuir para generalizar a noção de que os padrões culturais são componentes do ambiente político das sociedades e desempenham um papel relevante a ser levado em conta na análise da relação entre Estado e sociedade. Almond e Verba partiram de uma análise do contexto político internacional nos anos 1950 e 1960 para caminhar seus estudos no sentido de uma teoria do comportamento humano. Neste sentido, é importante ressaltar, afirma Rennó (1998), que a concepção de cultura empregada por Almond e Verba exerceu um papel fundamental na definição daquilo que se convencionou denominar como uma teoria da cultura política.

Botella (1997) ressalta que em *A cultura cívica*, os autores tinham por objetivo confirmar a tese fundamental a respeito do conceito que criavam: através de um estudo comparativo entre países, pretendiam demonstrar que a cultura política determina o regime político. Ou seja, os autores apresentam a cultura política como uma categoria de análise que permite explicar as

características dos diversos regimes políticos. Segundo os termos de Botella, Almond e Verba atribuíram à cultura política o status de uma "variável independente" na análise das relações entre Estado e sociedade, um elemento prévio que é causa e não efeito, onde uma série de fenômenos aparece como derivações de suas características.

O status de determinante em relação ao Estado decorre justamente desta visão que Almond e Verba tinham do fenômeno da cultura política. Os autores identificaram o conceito com uma série de atitudes e comportamentos que se consolidaram como fortemente estáveis ao longo do tempo, um fenômeno que não sendo facilmente modificado influenciava os outros elementos da vida política. Assim, por definição, a cultura política seria duradoura no tempo e global, isto é, compartilhada por toda a população de uma determinada comunidade; e justamente por isso, por encarnar "o modo de ser" da sociedade, a cultura política se imporia, determinaria o regime político (BOTELLA, 1997).

Almond e Verba, portanto, se preocuparam em identificar e analisar os elementos culturais que interviam na relação entre Estado e sociedade, de modo que, valores, comportamentos e atitudes frente ao sistema político constituem os objetos típicos dos estudos de cultura política.

> O ressurgimento e o desenvolvimento sistemático dessa abordagem... devem ser compreendidos contra o pano de fundo da "revolução comportamental", que rejeitava o estudo formal, jurídico-institucional, da política, e em vez disso, enfatizava o comportamento empiricamente observável (OUTHWAITE, 1996, p.170).

Assim, o conceito de cultura política foi criado partindo de uma abordagem que se desenvolveu por volta de meados do século XX e que se caracterizou por rejeitar o Estado como sendo o único espaço da política. Por isso, os autores ligados a esta abordagem "comportamental" se dedicaram a elaborar uma teoria no interior da qual o Estado é apenas um elemento entre outros. Essa concepção dissolve o Estado num poder político que não estaria assim circunscrito a uma estrutura jurídico-política, mas estaria "difuso" pelo tecido social, espalhado por diversas instituições da sociedade, nas formas de pensar e agir da população.

Neste sentido, Margareth Somers (1996/97) entende que as concepções presentes no conceito de cultura política de Almond e Verba não podem ser explicadas e seus posicionamentos justificados apenas pela análise da estrutura interna do conceito, sendo necessário analisar também as relações que o conceito estabelece com a teoria social na qual está inserido. Com base em seu estudo de sociologia histórica da formação dos conceitos, que se fundamenta na premissa de que os "conceitos são palavras em seu con-

texto", Somers afirma que as características do conceito de cultura política decorrem em grande medida da filiação de Almond e Verba à teoria da modernização de Talcott Parsons.

Talcott Parsons (1902-1979) foi um dos mais importantes autores da sociologia americana no período 1930-1960 e, segundo Somers (1996/97), muitos dos problemas abordados e das posições adotadas por Almond e Verba no conceito de cultura política só podem ser compreendidos na esteira das pesquisas realizadas por Parsons.

A obra de Parsons caracterizou-se por uma incorporação de autores da sociologia europeia, particularmente Weber, Durkheim e Pareto, voltando-os, no entanto, para o estudo da sociedade americana. Para se ter uma ideia, Parsons foi o primeiro tradutor de Max Weber nos Estados Unidos, de quem retirou sua preocupação com uma sociologia dos valores: moral, comportamento, atitude e sentimento são variáveis centrais na análise weberiana. Essa defesa da importância das orientações subjetivas para a vida social se expressa na tese de Weber de que a ética protestante desempenhou um papel fundamental no surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista.

> Na obra de Max Weber, Parsons encontrou, ao mesmo tempo, os elementos de um quadro analítico que lhe parecia inexistente na sociologia, uma interpretação do papel histórico do protestantismo em comparação com outras religiões e uma explicação do capitalismo contemporâneo do qual os Estados Unidos se tinham tornado uma espécie de arquétipo (ROCHER, 1976, p.13).

Partindo destes autores, Parsons procurava demonstrar que os Estados Unidos era o país de capitalismo mais avançado do mundo e com instituições democráticas extremamente consolidadas. Parsons entendia que os Estados Unidos, por seu desenvolvimento econômico e por suas tradições políticas e culturais, dificilmente passariam do capitalismo ao socialismo, ou de uma democracia parlamentar a um regime político autoritário, devido ao grau de enraizamento que a cultura democrática atingiu entre a população americana. Isso permitia aos Estudos Unidos, diante daquele contexto de crise do período entre guerras, empreender uma série de reformas, que atendessem as demandas sociais, sem que isso pusesse em risco a estabilidade da democracia americana (ROCHER, 1976).

> Se quiserem, enfim, qualificar a ideologia que desprende da imagem que Parsons tem da sociedade americana, diríamos que não é nem a de um conservador nem a de um radical, mas, antes, a de um liberal imbuído do espírito do *welfare state*, do *New Deal*, e do capitalismo misto... (ROCHER, 1976, p.151)

Por isso, pode-se afirmar que Parsons foi um intelectual do fordismo, partidário das novas técnicas de produção, bem como das novas tendências políticas encarnadas no intervencionismo do New Deal. Parsons fundamentava suas análises no seguinte postulado: o surgimento das democracias na Europa Ocidental e nos Estados Unidos foi resultado político da ascensão do capitalismo no século XIX. Em resumidas palavras, Parsons entendia que o desenvolvimento do capitalismo leva a um regime político democrático.

No entanto, ainda que de acordo com os princípios fundamentais da teoria da modernização, Parsons observou que processos similares de industrialização estavam produzindo resultados políticos diferentes. Os problemas empíricos que este vínculo monocausal e unidirecional entre economia e política trazia para a teoria da modernização constituiu a base para as contribuições de Parsons, que passou a atribuir maior importância aos padrões culturais como variáveis intervenientes nos processos de democratização. Tratando a cultura como valores e comportamentos internalizados, naturalizados, inconscientes, por isso, duradouros no tempo, Parsons atribuiu um status associado, porém com relativa autonomia da cultura diante dos processos sociais e do desenvolvimento econômico, abordagem que na época foi denominada de "concepção normativa da cultura".

É deste enquadramento do conceito de cultura política às concepções de Parsons que procede, conforme Somers (1996-97), a definição da cultura política como uma dimensão normativa da sociedade, que ocupa, na sociologia de Almond e Verba, o lugar de articulação/relação entre o Estado e sociedade. Neste espaço de mediação destinado a cultura política predomina fundamentalmente seu lado apolítico, privado da dicotomia que se estabelece entre as esferas pública e privada da vida social, e seu lado não cultural, mais as mentalidades que o reconhecido como cultural (artes, literatura,...). Esta definição da cultura política apresentada por Almond e Verba fundamenta-se numa teoria que entende a sociedade e a política como expressões de uma comunalidade de valores, ou seja, de padrões ético-culturais capazes de unificar as vontades e consciências e possibilitar ações automáticas e irrefletidas por todos os agentes envolvidos.

Neste sentido, o conceito de cultura política em Almond e Verba pode ser compreendido pelo que Maria Alice Rezende de Carvalho (2002) definiu como uma "abordagem culturalista do comportamento". Recebem esta denominação as correntes de pensamento que, precisamente pelo fato de caracterizarem o comportamento como um fenômeno duradouro no tempo, privilegiam os aspectos inconscientes como determinantes para a explicação da ação humana, apresentando assim, uma concepção do comportamento humano como atitudes e valores de um sistema social subjetivamente internalizado.

Conforme ressalta Almond (1990), a motivação de *A cultura cívica* era compreender melhor a origem dos sistemas políticos democráticos, par-

tindo da percepção da insuficiência dos paradigmas iluministas que viam o homem como ator político racional. Por isso, a intenção de Almond e Verba era elaborar uma análise mais aprofundada acerca da ação não racional, elemento que os economistas e racionalistas não aceitavam e seu universo de estudo. Procurando demonstrar as insuficiências da ideologia utilitarista presente nos meios acadêmicos norte-americanos, Almond e Verba voltaram-se mais para o estudo do inconsciente coletivo.

Carvalho (2002) adverte que este entendimento do comportamento humano implícito no conceito de cultura política expressa uma concepção dos atores sociais como indivíduos que jamais se perguntam sobre a possibilidade de surgimento de um novo regime, tomando decisões sempre com base em convenções rotineiras. A abordagem culturalista supõe que os valores e outros elementos do sistema cultural são fielmente interiorizados pelos indivíduos, constituindo-se num código de conduta que regularia mecanicamente o comportamento humano. Este processo de interiorização se daria através da socialização, uma forma de "adestramento" pelo qual a criança e o jovem são levados a interiorizar normas, valores, atitudes, papéis, saberes e habilidades que comporão um tipo de "programação mental" destinada a ser executada inconscientemente ao longo da vida adulta.

O conceito de cultura política apresenta, portanto, uma visão de homem extremamente absorvido pela sua sociedade, com pouca margem de autonomia intelectual para romper com a visão de mundo dominante numa determinada formação social. Nesse sentido, Almond e Verba foram criticados por terem tratado com certa displicência a dimensão cognitiva do comportamento humano, ou seja, sua capacidade de aprender e raciocinar. Tendo a noção de cultura associada a um padrão de comportamento estável, repetitivo, inconsciente e duradouro, essa concepção confere à cultura o papel de molde para a ação política, é na cultura que se criam as preferências políticas. Deste modo, numa teoria culturalista da política, a cultura condiciona a ação política como um todo: as eleições, a forma do Estado, os partidos e todos os outros elementos da cena política. Daí, Almond e Verba terem visto na cultura política uma variável de fundamental importância na questão da estabilidade democrática e da modernização capitalista.

Cultura política, concepção liberal de cidadania e hegemonia norte-americana

Toda teoria mobilizada pelo conceito de cultura política de Almond e Verba estava empenhada na defesa da tese fundamental segundo a qual a democracia não se define unicamente pelos aspectos institucionais do regime, como as eleições e o Estado de Direito. Para os autores de *A cultura cívica*, a efetiva implementação do regime democrático requer condições adicionais

que extrapolam a esfera jurídico-institucional, demandando alguns pré-requisitos da sociedade, tais como: desenvolvimento econômico, modernização e diversificação social, cultura nacional democrática, determinado nível de escolaridade, etc. É a essas conclusões que os autores chegaram a partir do estudo comparativo contido nesta obra: as democracias mais sólidas e estáveis do mundo se encontravam justamente nas duas principais potências do capitalismo industrial, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Em contrapartida, ao afirmarem a cultura política como determinante em relação ao regime político, Almond e Verba afirmavam também um tipo de determinação da sociedade sobre o Estado que negava a possibilidade do regime democrático sobreviver ou concretizar-se num ambiente adverso, como o dos países periféricos, caracterizados, por exemplo, pela pobreza, pelas desigualdades sociais, pelos baixos índices de desenvolvimento econômico e industrial, por uma cultura autoritária, etc. (MOISÉS, 1995). Por isso Almond e Verba viam com pessimismo o processo de implementação de regimes democráticos em países periféricos naquele contexto do pós II Guerra Mundial, pois entendiam que esses países não apresentavam as condições sociais necessárias para o enraizamento da democracia, de modo que, essas regiões representavam o elo fraco da hegemonia norte-americana, haja vista os inúmeros movimentos revolucionários e de libertação nacional que marcavam a América Latina, a Ásia e a África nesta época.

Com base nestas concepções da democracia, Almond e Verba defendiam, através do conceito de cultura política, a necessidade de um aprofundamento do capitalismo nos países periféricos, pois somente criando as condições sociais, políticas e culturais necessárias ao funcionamento e a estabilidade do regime democrático nestes países seria possível conter os movimentos nacionalistas e comunistas que se intensificavam na periferia do sistema. Neste sentido, pode-se afirmar que o conceito de cultura política surge organicamente ligado ao processo de internacionalização do capitalismo, posto em curso pelos Estados Unidos como estratégia de enfrentamento da União Soviética (RENNÓ, 1998). O que significa que o conceito de cultura política formulado por Almond e Verba foi um instrumento, uma arma da Guerra Fria, que procurava contribuir com a política de expansão e consolidação da supremacia norte-americana no contexto do pós-guerra, e por isso só pode ser entendido em função dessa política.[3]

[3] Acrescenta muito a discussão lembrar que durante a II Guerra Mundial, Gabriel Almond colaborou com o governo dos Estados Unidos como funcionário do Gabinete de Informação da Guerra e, durante a Guerra Fria, coordenou uma série de pesquisas financiadas por instituições privadas, como as Fundações Ford e Rockefeller, destinadas à analisar a opinião pública em diversos países do mundo, primeiramente na Europa e depois nos novos Estados emergentes do processo de descolonização, produzindo com seus estudos informações fundamentais para a estratégia dos Estados Unidos de afirmação da sua hegemonia em âmbito global (VERBA, PYE, EULAU, 2005)

Os Estados Unidos, na condição de nova potência hegemônica, buscaram construir uma ordem política e institucional voltada para a rápida acumulação de capitais, apoiada sobretudo no comércio internacional e no investimento financeiro como forma de promover o desenvolvimento econômico. Deste modo, buscava-se evitar que novas crises, como a de 1929, viessem abalar novamente os pilares da economia capitalista, fragilizando o sistema capitalista diante da ameaça soviética, por isso a edificação da nova ordem mundial no pós-segunda guerra procurou estabelecer acordos e tratados que garantissem a paz e a cooperação entre as potências capitalistas a fim de promover um crescimento acelerado (HARVEY, 2012).

Para tanto, instaurou-se no pós-guerra um conjunto de instituições internacionais, tais como FMI, Banco Mundial, GATT, OCDE, etc., que foram projetadas para coordenar o crescimento econômico das potências capitalistas avançadas, bem como levar o desenvolvimento capitalista ao restante do mundo (HARVEY, 2012). O processo de internacionalização do capitalismo consistiu, portanto, num movimento de intensificação da circulação mundial de capitais, na forma de empréstimos e investimentos realizados através de instituições financeiras, que tinham por objetivo promover o desenvolvimento econômico e industrial do bloco de países pertencentes à área de influência dos Estados Unidos.

De acordo com Octavio Ianni (2000), o capitalismo entrou a partir de então num novo ciclo de expansão - "como modo de produção e processo civilizatório" - que, passando a operar em escala mundial na forma de empresas multinacionais, alterou a divisão internacional do trabalho e que terminou por submeter o mundo inteiro aos ditames do capital. Tal como afirma o autor, "em poucas décadas, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, ocorreram 'milagres' econômicos em países com escassa tradição industrial", um processo decorrente da expansão da produção capitalista internacionalizada pelos países da Ásia, América Latina e África.

Segundo Harvey,

> ... o período que vai de 1945 a 1970 foi a segunda etapa do regime político da burguesia funcionando sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente nos paises capitalistas avançados. Estabeleceu-se um coeso grupo global tácito envolvendo todas as grandes potências capitalistas, com os Estados Unidos num claro papel de liderança, a fim de evitar guerras intestinas e partilhar os benefícios de uma intensificação de um capitalismo integrado nas regiões nucleares. A expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o "desenvolvimentismo" como meta generalizada para o resto do mundo. A reprodução expandida parecia funcionar muito bem, chegando mesmo a provocar efeitos secundários fora do núcleo, se bem que de modo atenuado e desigual, por todo o

> mundo não comunista. Internamente, o crescente poder do trabalho no âmbito do pacto capital-trabalho significou a extensão dos benefícios do consumismo às classes inferiores e mesmo algumas minorias (embora não de maneira suficiente, como provaram as manifestações urbanas dos anos 1960) (HARVEY, 2012, p.55).

Neste contexto, o conceito de cultura política, juntamente com a teoria da modernização, desempenhou um papel de grande importância como intérprete e orientador desta expansão do capital em direção aos países periféricos. Pode-se afirmar que o conceito de cultura política representou ao mesmo tempo uma ideologia legitimadora e uma engenharia social a serviço do processo de internacionalização do capitalismo.

Tendo em vista que os processos de modernização decorrentes da internacionalização do capital, ao se propagarem pela periferia, pelo interior dos territórios nacionais, minavam a estabilidade política e a ordem social destes países na medida em alteravam as condições tradicionais de vida e de trabalho da população. Isso fazia com que novos grupos e atores surgissem no sistema político, de modo que, quanto mais acelerados fossem os processos de modernização capitalista, mais dinâmicos e numerosos seriam estes grupos e suas reivindicações. Os Estados oligárquicos e liberais, via de regra, não tinham capacidade para dar respostas às demandas que emergiam das novas condições de vida, que geravam reestruturações produtivas em setores tradicionais da economia, deslocamentos populacionais em massa e instabilidade entre as camadas populares, uma espécie de "acumulação primitiva de capital" na periferia do sistema (FONTES, 2010).

Movendo-se no interior das preocupações colocadas por processos desencadeados pela hegemonia norte-americana, o conceito de cultura política se destinava a analisar as formas possíveis de se conciliar as mudanças socioeconômicas decorrentes da internacionalização do capital com a manutenção da ordem institucional liberal democrática. Segundo Motta, o fator

> ... motivador para tais estudos [de cultura política] era a preocupação de fortalecimento do campo "democrático" num contexto de disputa com o campo socialista, o que levou a criação de modelos de desenvolvimento aplicáveis em escala global, sob influência das teorias de modernização em voga nos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra. Ponto de partida: a concepção de que as sociedades ocidentais, sobretudo os EUA, eram democracias sólidas e estáveis, ficando implícita a superioridade de seu modelo em vista das outras opções disponíveis. Como decorrência, tais democracias eram exemplos a serem seguidos pelos povos ainda não bafejados pela sorte ou virtude, tratando-se de encontrar explicações para a origem das diferenças e elaborar roteiros seguros para que todos chegassem lá (MOTTA, 2009, p.16).

Daí que o tema central da obra de Almond e Verba seja a preocupação com a estabilidade democrática, mais especificamente com os valores culturais mais adequados à manutenção dessa estabilidade em meio a processos de modernização socioeconômica. Tais preocupações têm em suas raízes a tese weberiana segundo a qual o desenvolvimento econômico do capitalismo depende dos valores interiorizados na população, como em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, por exemplo.

Neste sentido, a obra *A cultura cívica* procura definir o modelo ideal de cidadão necessário para a consolidação do regime democrático numa sociedade capitalista. Almond e Verba fundamentam sua concepção de cultura política democrática no modelo liberal de cidadania, em que o papel do cidadão se restringe a participar das eleições e constitui muito mais uma forma de controle dos governantes do que a possibilidade de envolvimento efetivo da população no processo de tomada de decisão (BOBBIO, 1998). O papel central do sistema político pertence às elites, às massas cabe apenas o papel secundário de assegurar que os líderes não se tornem déspotas. O ideal de cidadania presente em Almond e Verba propõe um cidadão envolvido e ativo na vida política, com participação informada e racional, mas ao mesmo tempo propenso à passividade, confiança e veneração às autoridades, de modo que a apatia das massas é vistas como salvaguardas da democracia. O cidadão deve ser ativo, mas sem questionar os limites do sistema capitalista ou congestionar o Estado com um excesso de demandas. No fundo, afirma-se que a existência humana deve ser voltada principalmente para a esfera econômica e privada da vida do cidadão (RENNÓ, 1998).

Como ressalta Rennó, os estudos de Almond e Verba pretendiam realizar um mapeamento das forças "democráticas" pelo mundo: "o objetivo era avaliar a distribuição desse cidadão pelos vários países e, assim, contribuir para uma teoria científica da democracia, além de promover a difusão de uma cultura democrática" (RENNÓ, 1998, pp.73-74). Em outras palavras, os estudos de cultura política destinavam-se a analisar as bases socioculturais da hegemonia norte-americana no contexto mundial pós-guerra, bem como propor políticas e alternativas para se ampliar esta hegemonia.

De modo que, em contextos sociais onde vigoram a ausência das condições necessárias à estabilidade democrática, a intervenção do Estado devia assumir o papel de regulador e dinamizador da economia capitalista, assim como de promotor das relações sociais fundamentais ao avanço do capitalismo. Se no plano econômico, a hegemonia norte-americana punha em curso um processo de internacionalização do capital, com a consequente expansão da industrialização fordista a uma quantidade significativa de países, no plano político, o imperialismo norte-americano transformou os Estados nacionais num importante fator de expansão da economia e das relações sociais capitalistas, o que se traduziu, sob a égide do keynesianismo, numa am-

pliação das funções e da intervenção do Estado no conjunto da sociedade.

Na visão de Fontes (2010), a estratégia das potências capitalistas, lideradas pelos Estados Unidos, para o enfrentamento do comunismo consistia em conter as lutas sociais através da atuação do Estado. Sendo assim, parte dos recursos financeiros obtidos com a reprodução do capitalismo em escala internacional deveria ser empregada pelas burguesias nacionais na contenção das lutas sociais no âmbito dos Estados nacionais, seja através de aumento de salários, de direitos (educação, saúde, previdência, etc.), seja na forma de repressão violenta aos movimentos e conflitos. Assim, os diversos Estados nacionais assumiam o compromisso junto às instituições internacionais de assegurar as condições socioeconômicas, políticas e culturais para a expansão do capitalismo.

Por tudo isso, o conceito de cultura política formulado por Almond e Verba caracterizou-se por uma pesada carga ideológica e por um discurso civilizador, onde o que se sustentava como conteúdo de uma cultura democrática era uma cultura política inspirada nos modelos da democracia anglo-saxão; com isso, tornava-se possível alinhar as culturas políticas das diversas nações num processo evolutivo de países mais desenvolvidos ou menos desenvolvidos, onde as nações atrasadas tinham que imitar os países desenvolvidos, considerando até mesmo alguns países inaptos para a implementação de regimes democráticos, a não ser a partir de uma intervenção externa (BERSTEIN, 1998).

Coerentes com as Ciências Sociais norte-americana do pós-guerra, Almond e Verba defendiam os Estados Unidos como modelo ideal de sociedade. Sendo que o conceito de cultura política procurava legitimar e auxiliar na implementação da estratégia norte-americana de hegemonia mundial, baseada numa associação variada entre fordismo e keynesianismo, que constituíram, como afirma Harvey (2004), os pilares do processo de acumulação de capital no período pós-1945.

Considerações finais

Diante do fracasso da economia de livre mercado, evidenciado pela crise de 1929, o pensamento liberal encontrava cada vez mais dificuldades em afirmar que a "mão invisível do mercado" seria o melhor meio de promover o desenvolvimento e bem estar dos indivíduos. Muitos liberais tiveram que rever a posição do liberalismo clássico de *laissez-faire* e aceitaram cada vez mais as ideias de um Estado intervencionista destinado a promover a administração e o crescimento do capitalismo, o que caracterizou o "liberalismo do século XX" ou "liberalismo moderno", também conhecido como keynesianismo (HEYWOOD, 2010).

O conceito de cultura política em Almond e Verba é um representan-

te dessa corrente moderna do liberalismo. Através do conceito de cultura política, Almond e Verba tiveram o mérito de perceber que a esfera política restrita e oligárquica, própria dos Estados liberais e autoritários do século XIX, cedia progressivamente lugar a uma nova esfera pública no século XX, que se caracterizava pelo crescente protagonismo das massas. Para os autores, o poder não pode ser entendido como estando circunscrito apenas às instituições, a luta política já não se travava apenas no interior dos Estados e parlamentos, de modo que as ideias e os comportamentos das massas passaram a ser um dos elementos determinantes da cena política.

Portanto, de acordo com os estudos de cultura política, se as elites dominantes do capitalismo quisessem manter o seu domínio na sociedade contemporânea, elas teriam que ultrapassar os limites do institucional e enraizar social e culturalmente o seu poder, tendo em vista conquistar o apoio das massas para o seu governo. Somente o enraizamento social de uma cultura cívica pode garantir a estabilidade do regime democrático, fornecendo-lhe forças para atravessar crises econômicas e processos de modernização econômica e social característicos do sistema capitalista. Neste sentido, Almond e Verba chamavam a atenção para o fato de que a cultura era uma dimensão essencial da política e que uma das principais tarefas da política consiste em desenvolver uma cultura.

Pode-se afirmar que o conceito de cultura política aponta para a necessidade, do ponto de vista do capital, de se realizar aquilo que Gramsci denominou, de um ponto de vista crítico, como uma "ampliação" das funções do Estado, tendo em vista conquistar a "hegemonia" da sociedade. As reflexões de Almond e Verba sobre cultura política procuram ressaltar justamente a importância da difusão das ideologias e valores, a partir dos quais os indivíduos interagem no campo da política, portanto, enfatizam a necessidade de organizar a produção de visões de mundo, de formas de consciência adequadas aos interesses do capital, que busquem interiorizar as relações sociais capitalistas como necessárias e legítimas para o aprofundamento da democracia, forjando, assim, um ser social adequado aos interesses e valores da economia capitalista.

Por atentar para o caráter de massa que a política assumia, a cultura política se tornou um dos principais conceitos do pensamento político liberal do século XX. A partir da obra *A cultura cívica*, o conceito de cultura política difundiu-se rapidamente no campo das Ciências Sociais e transformou-se num dos principais referenciais teóricos no contexto da hegemonia norte-americana. É certo que o conceito passou por inúmeras transformações desde a publicação de *A cultura cívica* até os dias atuais, sendo apropriado e mesclando-se a diversas outras correntes de pensamento. No entanto, é inquestionável que as concepções de Almond e Verba ainda permanecem vivas e influentes no debate atual sobre cultura política.

Referências

ALMOND, Gabriel. **A Discipline Divided:** Schools and Sects in Political Science**.** Sage Publications**,** 1990.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, J.P. e SIRINELLI, J.F. (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto [et.al.]. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTELLA, Joan; Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In CASTILLO, P.; CRESPO, I. (org.). **Cultura Politica – enfoques teóricos y analisis empíricos.** Valencia: Tirant lo Blanch, 1997.

CARVALHO, Maria Alice R.; Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil. In VIANNA, Luiz Werneck (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002, pp.297-335.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UERJ, 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 6ª ed., Edições Loyola: São Paulo, 2012.

IANNI, Octavio. Globalização e a nova ordem internacional. In REIS; FERREIRA; ZENHA. **O século XX – v.3. O tempo das dúvidas:** do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas:** do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.13, n.24, p.227-250, 1999.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia:** bases sócio-políticas da legitimidade democrática. Editora Ática S.A.: São Paulo, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In MOTTA (org.). **Culturas Políticas na História:** novos estudos. Belo de Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

OUTHWAITE, Willian. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Jorge Zahar Editor Ltda: Rio de Janeiro, 1996.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In WEFFORT, Franscisco (org.). **Os clássicos da política 2.** São Paulo: Ática, 2000.

RENNÓ, Lucio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. In **BIB**. Rio de Janeiro, n. 45, 1.° semestre de 1998, pp. 71-92.

ROCHER, **Talcott Parsons e a sociologia americana**. Tradução de Olga Lopes da Cruz. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

SOMERS, Margaret R. Qué hay de político o de cultural en la cultura política y en la esfera pública? Hacia una sociologia histórica de la formación de conceptos. In **Zona Abierta**. Madrid, 77/78, 1996/97, pp.31-94.

VERBA, PYE, EULAU. Gabriel Almond 1911-2002. In: **The National Academies Press**. Washington-DC, 2005.

Artigo recebido em 12-12-2013, revisado em 19-05-2014 e aceito para publicação em12-06-2014.